

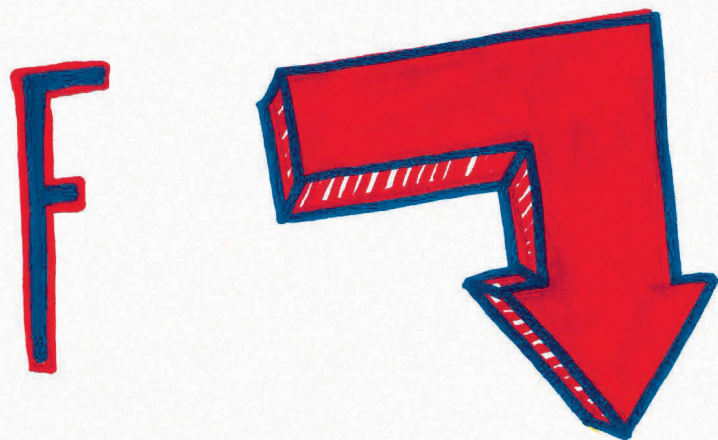
É VERDADE ESSE DIPLOMA?

Casos de pessoas públicas que mentiram no currículo
e investigações contra documentos falsos levantam
necessidade de checagem mais eficiente

REPORTAGEM
Nathalia Fabro

EDIÇÃO
Giuliana de Toledo

DESIGN E LETTERING
Luiza Veroneze



Filho de agricultores, o capixaba Wemerson da Silva Nogueira, de 28 anos, conta que ajudou os pais a colher café e vendeu picolés para conseguir pagar a faculdade. Ele começou a ficar conhecido nacionalmente em 2016, quando ganhou o Prêmio Educador Nota 10, que reconhece trabalhos relevantes de professores de todo o país. No ano seguinte, foi indicado ao Global Teacher Prize, que é considerado o prêmio Nobel da educação. A ascensão de sua carreira, contudo, durou pouco: no mesmo período das nomeações, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo denunciou Nogueira por usar um diploma falso.

O rapaz afirma ser formado em Química, com uma segunda graduação em Ciências Biológicas, além de duas pós-graduações. Ele conta ter realizado os cursos na modalidade de educação a distância (EAD) no Instituto Educacional de Pesquisa, vinculado à Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), no pólo da cidade de Pancas, interior do Espírito Santo. Mas, segundo a instituição, Nogueira nunca foi aluno e seus certificados não têm validade. Após a acusação, Nogueira passou a se defender publicamente dizendo que foi vítima de um golpe.

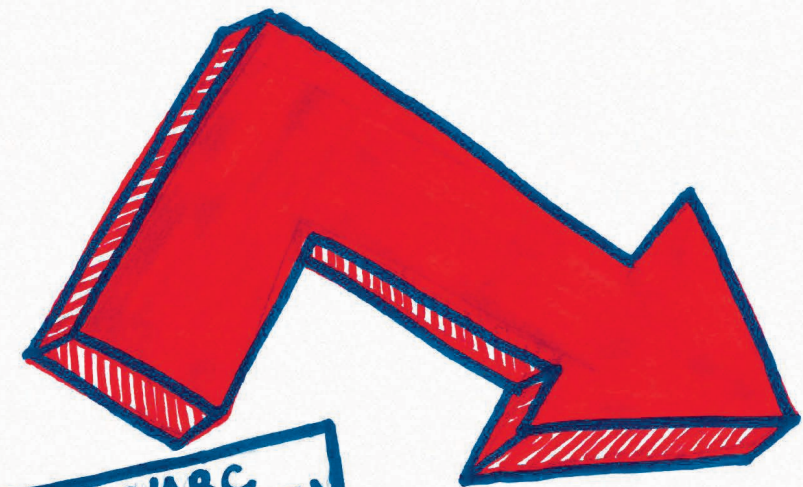
A cientista e professora Joana D'Arc Féliz de Sousa, de 55 anos, também ganhou os holofotes por sua sua trajetória de vida: nascida em Franca, no interior de São Pau-

lo, conta ter tido uma infância humilde. Sua mãe era empregada doméstica e o pai trabalhava em um curtume. Félix narra ter passado dificuldades financeiras para ingressar e concluir a graduação em Química na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde posteriormente também fez mestrado e doutorado. Apesar das adversidades, teria feito tudo precocemente: aos 14 anos já teria entrado na faculdade. Declarava ainda ter um pós-doutorado na Universidade Harvard, uma das mais relevantes dos Estados Unidos e do mundo, e 15 patentes registradas em seu nome.

Sua história de superação e seus projetos educacionais que ajudam

conforme apurou a GALILEU, registros do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) apontam que ela possui apenas sete pedidos de patentes, que não estão mais válidos, e não 15 patentes vigentes em seu nome, como afirmava.

Depois da repercussão do caso na imprensa, Félix declarou que “a gente se empolga e acaba falando demais”. Aos pedidos de entrevista da GALILEU, respondeu com um nota, em que diz: “Meu erro não é maior que minha luta em prol da educação e dos meus alunos e ex-alunos. Errei sim, mas também acertei Bastante e tenho muito orgulho da minha trajetória de vida. Jamais busquei notoriedade por vaidade pessoal e, neste



EE AGENTE SE ACABA FALANDO DO DEMAIS

Joana D'Arc Féliz de Sousa

Cientista formada em Química e professora

Concluiu a graduação, o mestrado e o doutorado em Química pela Unicamp. Fazendo estudos sobre couro, ganhou o Prêmio Kurt Politzer de Tecnologia, na categoria Pesquisadora do Ano, em 2014. Mentiu sobre ter um PhD em Harvard, a sua idade e a quantidade de patentes registradas em seu nome. Teria sua história contada em um filme, mas as gravações ficaram pendentes desde as denúncias.

jovens da periferia lhe renderam diversos prêmios, destaques em eventos e entrevistas dentro e fora do Brasil — inclusive na GALILEU, na edição de fevereiro de 2019. Até que uma reportagem publicada em maio pelo jornal O Estado de S. Paulo desmentiu parte de seu currículo. Diferentemente do que dizia, constatou-se que ela não fez pós-doutorado em Harvard — chegou a enviar um diploma para o jornal, mas foi constatado que se tratava de um documento falso — e não entrou na universidade aos 14 anos — depois da publicação do texto, disse que foi aprovada aos 14 anos, mas apenas iniciou o curso aos 18. Além disso,

momento, sigo de cabeça erguida, dando aulas e orientando meus alunos na pesquisa”, escreveu. “Peço desculpas pelo meu erro, o qual assumo. Isso vai ficar marcado na minha biografia e sou humilde em assumir meu erro”, conclui.

A lista de autoridades envolvidas em polêmicas em torno de seus currículos também é grande. No Brasil, nos últimos tempos, surgiram casos de Wilson Witzel, governador do estado do Rio de Janeiro, Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil e Celso Amorim, ex-ministro

WILSON WITZEL

Atual governador do estado do Rio de Janeiro

O político incluiu na sua página no Lattes que teria feito doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF) com intercâmbio em Harvard. Porém, a UFF declarou que ele não concorreu à nenhuma bolsa para a universidade dos EUA. Ele afirmou então que tinha a intenção de fazer a viagem. “Fui eleito governador do estado do Rio de Janeiro e fui obrigado a modificar o meu projeto”, disse nota do governo.

de Relações Exteriores, entre outros (entenda os casos ao longo das páginas da reportagem).

Com suas diferenças, todas essas histórias evidenciam algo cada vez mais noticiado no Brasil: a prática de apresentar um currículo que, na verdade, não se tem — seja ou não com a intenção de “maquiar” a própria trajetória. De um lado, há quadrilhas que atuam enganando pessoas que pensam receber um certificado válido. De outro, há quem invente publicamente uma história que não é sua e até forge documentos para levá-la adiante.

QUEM CONTA UM CONTO...

Pesquisa realizada pela DNA Outplacement, empresa especializada em capital humano, estima que 75% dos brasileiros colocam informações distorcidas no currículo. O estudo analisou mais de 6 mil currículos enviados para 500 companhias do país em 2018. “Quando saiu o resultado do Brasil, não sabíamos se o número era muito ou pouco até comparar com outros países”, comenta Murilo Arruda, CEO da consultoria DNA. “Descobrimos que na Colômbia as pessoas mentem mais [em 85% dos currículos], e no Chile menos [em 72%].” O quarto país avaliado, Peru, apresentou distorções em 78% das amostras.

As mentiras — ou omissões — mais comuns foram o valor do salário atual (ou recebido no último ☺

☺ emprego), o nível de fluência em inglês, o tempo inativo e o grau de escolaridade. “Há pessoas que têm medo que, se forem transparentes, as informações serão usadas contra elas”, diz Arruda.

“A mentira está baseada na ideia de que os outros desconhecem tanto as regras que vão se deixar ludibriar”, avalia Christian Ingo Lenz Dunker, professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Para ele, a pressão por exibir uma boa capacidade intelectual induz as pessoas a manipular informações — no ramo das pesquisas científicas, por exemplo, é forte o fator da concorrência para construir a carreira. “Quanto mais pontos e qualificações, mais acessos a recursos. Não é uma maquiagem só para impressionar os outros, mas também para progredir na competição acadêmica por recursos cada vez mais escassos.”

No caso das carreiras acadêmicas, no Brasil, mais importante ainda do que o formato tradicional de currículo, é o perfil na plataforma Lattes. Esse sistema virtual é a referência para saber a trajetória dos profissionais. Ele é mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas os usuários têm autonomia sobre seus dados no portal. “As informações incluídas nos currículos são decla-

DAMARES ALVES

Atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

É formada em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos, e em Pedagogia, pela Faculdade Pio Décimo. Dizia que era “mestre em educação” e em “direito constitucional e direito da família”, mas não apresentava diplomas para comprovação. Contestada, alegou que as formações eram provenientes da Bíblia. “Nas igrejas cristãs é chamado mestre todo aquele que é dedicado ao ensino bíblico”, justificou.

ratórias e de responsabilidade de cada cidadão”, reforça a organização em nota. Caso seja identificada uma mentira ou informação deturpada, o usuário pode ser avaliado pela Comissão de Integridade na Atividade Científica. “Em se constatando erros, a pessoa pode ser notificada a corrigir o CV Lattes; em se constatando que houve beneficiamento em alguma concessão do CNPq por conta de falsas informações, o CNPq poderia solicitar o ressarcimento dos recursos investidos aos cofres públicos com a devida correção”, explica a instituição.

Em empresas, se é identificada a falsidade de documentos de um funcionário ou candidato, a condu-

ta é o desligamento. “Em alguns casos, os conselhos profissionais são notificados”, conta Paulo Sardinha, diretor da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-Brasil). É o que seria feito, por exemplo, com um médico ou um enfermeiro sem formação. “Os hospitais podem não ter culpa, mas têm a responsabilidade de ter permitido que um profissional não habilitado trabalhasse”, ele exemplifica. “Admitir a permanência poderia ser visto como cumplicidade. A obrigação é fazer a demissão imediata, que pode até ser por justa causa, visto que colocou a empresa em risco.” Mas como identificar esses casos de maneira mais eficiente

um recurso digital de checagem dos diplomas. Paulo Sardinha acredita que o formato digital possa evitar a contratação de quem mente. “A modernização é muito bem-vinda, mas é preciso ver como será a proteção de dados, pois talvez seja necessária uma autorização formal para que a empresa possa fazer uma consulta dessa natureza”, pondera.

O modelo digital, citado por ele, começou a ser usado há pouco no Brasil. O MEC anunciou, em 2018, a portaria nº 330/2018, que obriga todas as instituições de ensino a emitir diplomas digitais. Publicada no Diário Oficial da União em 11 de março deste ano, a medida tem prazo de adesão de 24 meses. Em fevereiro deste ano, os primeiros diplomas universitários nesse formato foram entregues para alunos dos cursos de Ciência da Computação e Engenharia da Computação do Centro de Informática da Universidade Federal da Paraíba. Há dois anos, a instituição começou um projeto que usa blockchain (tecnologia de registro descentralizado) para armazenar os documentos.

O sistema, chamado GT-RAP, também oferece uma interface para que usuários possam verificar a autenticidade dos diplomas por meio de um número de registro. “No contexto acadêmico, o diploma é o documento mais importante, mas o registro em um livro não é seguro. A fraude do papel banalizou”, afirma Guido Lemos, um dos idealizadores do GT-RAP. “Já o livro eletrônico é mais seguro, pois existem diversos servidores no mundo inteiro, tornando-o mais difícil de adulterar. Se uma instituição fecha, por exemplo, perde seu sistema. Com o registro no blockchain, não há perda de documentos.”

EPIDEMIA DE ENGANO

Em maio deste ano, o Ministério Público Estadual do Espírito Santo indicou que pelo menos 31 prefeituras do estado haviam contratado professores que teriam diplomas não reconhecidos. Investigações identificaram cerca de 4 mil suspei-

NÓS, COMO PASTORES, RECEBEMOS o ministério DENTRO da PERSPECTIVA CRISTÃ

QUASE ISSO

Quais são as mentiras mais encontradas nos currículos

48%

Valor do salário atual ou recebido no último emprego

41%

Fluência em inglês

12%

Tempo inativo

10%

Grau de escolaridade (e outros cursos realizados)

BEM ‘CRIATIVOS’

Percentual de currículos com distorções em países latinos

85%

COLÔMBIA

78%

PERU

75%

BRASIL

72%

CHILE

Fonte: DNA Outplacement

e antecipada? Os diplomas, atualmente, são difíceis de verificar. No Brasil, a responsabilidade da emissão deles é das próprias universidades e centros universitários, que também podem validar os diplomas de instituições de ensino que não têm autonomia legal para isso, como as faculdades — as nomenclaturas fazem diferença, pois as faculdades não oferecem cursos de extensão ou programas de iniciação científica, enquanto as universidades e os centros universitários possuem projetos de pesquisas. Nesse contexto, cabe ao MEC apenas reconhecer os cursos disponibilizados pelas instituições de ensino.

Em breve, as equipes de recursos humanos esperam contar com

RICARDO SALLES

Atual ministro do Meio Ambiente

Recebia o crédito de “mestre em direito público” pela Universidade Yale, nos Estados Unidos, em diversas publicações e artigos na imprensa. Em declaração ao site *The Intercept Brasil*, porém, a própria instituição negou que Salles fora aluno. Na época da reportagem, ele publicou no Twitter que essa informação havia sido “veiculada erroneamente” por causa de um “equivoco da assessoria”.

Ⓢ tos envolvidos no esquema, além da possibilidade de o golpe ter sido aplicado em outras regiões do Brasil. No mesmo mês, a Assembleia Legislativa de Alagoas realizou uma comissão para apurar denúncias de que faculdades particulares do estado teriam enganado mais de 20 mil estudantes, entregando-lhes diplomas sem validade, não reconhecidos pelo Ministério da Educação.

“Não digo que seja algo comum, mas acontece mais do que imaginamos”, afirma Rogério Sanches Cunha, promotor assessor do Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público de São Paulo. Não há dados unificados sobre a prática de falsificação de diplomas no país, o que dificulta constatar a intensidade do problema e quais são as áreas mais afetadas. “No entanto, é possível sugerir que os mais falsificados são os cursos com maior procura e que podem ser cursados a distância, como os cursos de Pedagogia”, comenta Alynne Nayara Ferreira Nunes, advogada do escritório Ferreira Nunes, de São Paulo, especializado em Direito Educacional.

Wemerson Nogueira afirma fazer parte do grupo de professores identificado pelo Ministério Público Estadual do Espírito Santo como portadores de documentos inválidos por terem sofrido um golpe. Desde a primeira denúncia da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo contra o rapaz, as investiga-

ções do Ministério Público descobriram que estelionatários usavam o nome da Unimes para oferecer cursos não reconhecidos pelo MEC. “Se o MEC tivesse ido no pólo que eu estudei em 2013, quando me formei pela primeira vez, teria identificado o problema”, declara ele.

Nogueira criou um grupo de apoio com professores que, assim como ele, tiveram seus diplomas invalidados. Eles entraram com uma ação na Justiça que ainda aguarda julgamento. “Não posso responder por o que eu não sabia”, ele afirma. “Não sofro pelo diploma não ter validade, mas sim por todos os ataques e as formas sensacionalistas com que o caso foi tratado.” Ele conta que, após toda exposição, ficou desa-

o MEC para verificar se havia reconhecimento do meu curso, pois aprendi a ter malícia.” Ele está fazendo Ciências Biológicas, pois, se o primeiro título de Química, usado para a sua contratação como professor, não for reconhecido na Justiça, o segundo também perde valor. “Mas tenho certeza absoluta que no final o processo será revertido.”

COMO SE PRECAVER

Com quadrilhas à solta, é preciso se precaver do problema. Especialistas ouvidos pela GALILEU recomendam que os candidatos procurem validar informações do curso e do diploma que para ele é emitido com a própria universidade e junto ao MEC. No portal e-MEC (

Ex-ministro de Relações Exteriores

O perfil dele no site do Itamaraty dizia que era “doutor em ciência política” pela London School of Economics (LSE), no Reino Unido. A universidade, no entanto, divulgou que ele nunca terminou a formação. Em 2006, ele comentou o caso. Disse publicamente em uma palestra que não teria terminado o curso “provavelmente por causa do excesso de ambição à época”.



EE FIZ UMA PROGRAMAÇÃO FAZER 1 DOUTORADO SANDUÍCHEZ UNIVER SIDADE DE HAR VARD.

WILSON WITZEL EM VÍDEO PUBLICADO NO TWITTER EM 22/05/19

UNIVER SIDADE DE

creditado da educação e até tentou suicídio. “Acabei sendo enganado, perdi toda a história que construí, joguei fora meu sonho”, revela.

Quando alguém descobre não ser válido um currículo que pensava realmente ter, avalia o psicólogo Christian Dunker, a secura psíquica é severa. “Uma experiência que é invalidada abala o desejo de estudar e de aprender, o que é gravíssimo”, diz. “Isso cria uma paranoia branda, que se caracteriza pela desconfiança de tudo o que tem aspecto de uma instituição”, ressalta.

Porém, superada essa fase, Nogueira voltou para uma universidade e deseja seguir carreira acadêmica. “Com essa instituição, fui até

emec.mec.gov.br/), qualquer pessoa pode checar se uma instituição de ensino está apta a oferecer um curso e emitir um diploma reconhecido. Mas vá além na pesquisa. “Há outros elementos que também devem ser observados, como, por exemplo, cursos com duração menor que a tradicional, ausência de estágio obrigatório e mensalidades muito baixas”, ensina Alynne Nunes.

Ao identificar um problema, denuncie. Nas instituições de ensino que vendem ou emitem diplomas falsos, os dirigentes também poderão ser responsabilizados criminalmente, “pois estão praticando o crime de falsificação de documento público”, explica Nunes. “Já as instituições de ensino que oferecem cursos não reconhecidos pelo MEC, mesmo não emitindo diplomas, também podem ser responsabilizadas criminalmente, pois teriam praticado o crime de estelionato, ao induzir a erro os alunos com a intenção de obter lucros.”

DILMA ROUSSEFF

Ex-presidente do Brasil

Reportagem da revista *piuí*, publicada em 2009, contestou o currículo dela na página da Casa Civil: dizia que ela era “mestre em teoria econômica” e “doutoranda em economia monetária e financeira” pela Unicamp. A universidade, porém, declarou que não há registro de Rousseff no mestrado e o doutorado foi abandonado. Na época, ela se defendeu dizendo que não teve tempo hábil para concluir os estudos.

